

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LAYLA APARECIDA ROSA E SILVA

O lugar da psicanálise frente ao racismo na cultura brasileira: uma revisão teórica

Uberlândia

2023

LAYLA APARECIDA ROSA E SILVA

O lugar da psicanálise frente ao racismo na cultura brasileira: uma revisão teórica

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Psicologia da
Universidade Federal de Uberlândia
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Psicologia.
Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Paula de
Ávila Gomide

Uberlândia

2023

LAYLA APARECIDA ROSA E SILVA

**O LUGAR DA PSICANÁLISE FRENTE AO RACISMO NA CULTURA
BRASILEIRA: UMA REVISÃO TEÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Paula de Ávila Gomide

Banca Examinadora

Uberlândia, 25 de maio de 2023

Prof^ª Dr^ª Ana Paula de Ávila Gomide

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof^ª Dr^ª Miriam Tachibana

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

RESUMO

A Psicologia se constituiu no Brasil por meio da apropriação, por parte da elite intelectual brasileira, de estudos psicológicos pertinentes às questões voltadas à noção de indivíduo moderno que, não obstante, se consolidava no seio de transformações sociais, históricas e culturais de países da Europa e da América Central, no Séc. XIX. Particularmente, em que pese as contradições envolvidas na produção da ciência psicológica brasileira desde tempos mais pretéritos, o desenvolvimento do saber psicanalítico na nossa sociedade também veio atravessado por incongruências na prática, principalmente quando vinculado à medicina-psiquiátrica com seus objetivos higienistas nas medidas de controle e marginalização de escravizados. O objetivo deste trabalho foi o de investigar e discutir o lugar da psicanálise com relação às questões étnico-raciais, na atualidade, tendo em vista os fatores históricos acima apontados. Por meio da revisão da literatura voltada ao tema, a problematização da psicanálise brasileira foi importante para pensarmos as limitações e as contribuições da prática clínica e de noções freudianas com relação à violência imanente ao racismo na nossa cultura, e nas suas formas de produção de sofrimento e sintomas nos sujeitos. Para além da clínica, levantamos e discutimos alguns constructos teóricos psicanalíticos discutidos por autores da área engajados(as) nas questões étnico-raciais no Brasil, nas articulações feitas entre a psicanálise e a sociedade. Concluimos que há vários estudos sobre as relações raciais no Brasil dentro da psicanálise, inaugurando um pensamento crítico dentro deste campo de atuação.

Palavras-chave: História da Psicologia. Psicanálise Brasileira. Racismo. Relações Étnico-raciais.

ABSTRACT

Psychology was constituted in Brazil through the appropriation by the Brazilian intellectual elite of psychological studies relevant to the issues addressed by the notion of the modern individual, which, nevertheless, was consolidated within the social, historical and cultural transformations of countries in Europe and Latin America. Central America in the 20th century XIX. Particularly, in spite of the contradictions involved in the production of Brazilian psychological science since more ancient times, the development of psychoanalytic knowledge in our society was also crossed by inconsistencies in practice, mainly when linked to psychiatric medicine with its hygienist objectives in the measures of control and marginalization of former slaves. The objective of this work was to investigate and discuss the place of psychoanalysis in relation to ethnic-racial issues, nowadays, in view of the historical factors mentioned above. Through the review of the literature addressed to the subject, the problematization of Brazilian psychoanalysis was important for us to think about the restrictions and contributions of clinical practice and Freudian notions in relation to the violence inherent to racism in our culture, and in its forms of production of suffering and psychologists in the subjects. In addition to the clinic, we survey and discuss some psychoanalytic theoretical constructs discussed by authors in the area engaged in ethnic-racial issues in Brazil, in the articulations made between psychoanalysis and society. We conclude that there are several studies on racial relations in Brazil within psychoanalysis, inaugurating a critical thinking within this field.

Keywords: History of Psychology. Brazilian Psychoanalysis. Racism. Ethnic-racial relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
BREVE PANORAMA SOBRE A CIÊNCIA PSICOLÓGICA NO BRASIL E O RACISMO: QUAL O LUGAR DA PSICANÁLISE?	14
A PSICANÁLISE E A CULTURA BRASILEIRA: CONCEITOS PSICANALÍTICOS DE CRÍTICA À CULTURA NO DEBATE AO RACISMO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

A Psicologia, no Brasil, foi se constituindo após passar por inúmeros processos e movimentos contraditórios no que diz respeito às suas ideias veiculadas e práticas aplicadas em algumas instituições com relação à população brasileira. De início, a inauguração das faculdades de Medicina no país durante o século XIX permitiu que o conhecimento psicológico fosse difundido por meio desse curso, cujos representantes possuíam uma visão de normalização e higienização da sociedade, prescrevendo a exclusão social daqueles que não agradavam as classes dominantes (Antunes, 2012). Exemplificando, isso pode ser visto através de registros históricos que expõem, durante o período em que o país se constituía com base em uma estrutura social violenta e extremamente desigual, herdeira do histórico de escravização de povos africanos, o surgimento de um modelo médico-psicológico voltado para a patologização de populações negras transformadas em “objetos de ciência” (Santos, Schucman et al., 2012, p. 167).

Após a abolição, com a inauguração do período da Velha República, as ações políticas das elites, articuladas à produção do conhecimento pseudocientífico, promoveram a continuidade da situação de marginalização e de exclusão dos ex-escravizados, ao não apresentarem nenhuma ação de integração social para estes grupos dentro das novas formas de trabalho. Ao contrário, o comportamento do negro começou a ser alvo de investigação por parte do saber médico-psiquiátrico nas tentativas de patologizá-lo, quando, na verdade, o adoecimento de tais populações era produto de relações de poder estabelecidas desde o período colonial, cujo objetivo era o de inferiorizar todos aqueles que eram diferentes física e culturalmente do padrão europeu.

Tal modelo científico tinha como intuito investigar os motivos e as causas da periculosidade atribuídas às características do negro, por meio de estudos de seus aspectos

psicológicos e comportamentais, quanto de suas práticas religiosas. Entretanto, isso reforçava o controle e a exclusão social dessas pessoas visto que desconsiderava o âmbito social e focava em processos psíquicos individuais, por vezes, articulados com as teorias raciais. As fragilidades e o adocimento dos marginalizados, como efeitos de uma situação de alta vulnerabilidade social resultante dos pactos de poder violentos das elites, acabavam sendo naturalizados, assim servindo de justificativa ideológica para os projetos de “limpeza social”, atendendo aos objetivos “civilizatórios” de branqueamento.

A partir disso, em face da arbitrariedade e dos reducionismos produzidos pelo pensamento dominante surgiram estudiosos, tais como Virginia Leone Bicudo e Aniela Ginsberg, para engajar na desconstrução do determinismo biológico. Começaram a surgir estudos que consideravam o contexto sócio-histórico em que o indivíduo negro estava inserido (Santos, Schucman et al., 2012). Tais estudos alegaram que seria importante “retirar o problema da marginalidade desses grupos de si mesmos” (Bicudo, 2010, citada por Almeida, 2011, p. 419) – visto que o fator biológico “cor” interferia na ascensão social da população negra e não em seus aspectos psicológicos diretamente (Bicudo, 1945, citada por Cunha & Santos, 2014) –, e considerar outros fatores, como o ambiente, para se estudar sobre questões raciais. Isso foi apontado por Aniela Ginsberg, psicóloga social engajada ao ambientalismo, distanciando-se de uma visão biológica (Cunha & Santos, 2014).

Além disso, havia também pensadores na época que apresentaram ideias divergentes de uma norma excludente, prezando por uma valorização da educação, como, por exemplo, Manoel Bomfim e Ulysses Pernambucano (Antunes, 2012). Assim, com o embate dessas diversas propostas epistemológicas sobre a sociedade e relações sociais, foi possível estabelecer transformações sociais e dos saberes psicológicos difundidos inicialmente pela Medicina e pela Educação (Antunes, 2012). Nesse sentido, na época havia uma concepção ideal de homem, alinhada aos privilégios exclusivos das classes dominantes que só poderia

ser alcançada através da educação na sociedade brasileira e, dessa forma, excluídas as possibilidades de inserção social e de ser daqueles marginalizados historicamente (Antunes, 2012). Isto se dava pois era almejado um modelo educacional que valorizava qualidades pessoais, focando na individualidade (Abrão, 2006). Além disso, a educação no país, visando a construção de um novo homem segundo padrões estabelecidos pelas classes privilegiadas, fundamentou-se no que era produzido na Europa e nos Estados Unidos e, principalmente, na condição sócio-econômica que o Brasil se encontrava, pois, segundo Antunes (2012)

No confronto com a ordem política estabelecida pelos interesses agrários, o ideário liberal constituiu a mais importante base teórica dos intelectuais e de outros membros das camadas médias descontentes com seu alijamento do poder e de suas benesses. Foi nessa condição e articulada a esses interesses que a Psicologia teve condições para se desenvolver. Ou ainda, pode-se dizer que a Psicologia que aqui se desenvolveu esteve articulada a esses interesses e a um projeto específico de modernização do País (Antunes, p. 54).

Dessa forma, a Psicologia foi estabelecida em terra brasileira a partir de instituições educacionais e médicas representadas pelas camadas médias e intelectuais (Antunes, 2012), pois foram essas pessoas que alcançaram os requisitos para obter-se prestígio social e, conseqüentemente, voz nas academias distanciando-se de uma teoria mais contextualizada e voltada criticamente para as contradições da realidade brasileira. Todavia, haviam pensadores antagônicos a essas ideias difundidas, como Manoel Bomfim e Ulysses Pernambucano¹, os quais defendiam o estudo de fenômenos psicológicos a partir de uma natureza histórico-social, indo contra ao pensamento hegemônico liberal da época (Antunes, 2012). Além disso, tais autores trouxeram pensamentos progressistas que sofreram rígidas críticas e que só foram apreciados e reconhecidos posteriormente (Antunes, 2012).

Considerando o exposto, infere-se que a difusão do conhecimento psicológico no país sofreu fortes influências de produções intelectuais dos países europeus e da América Central,

¹ Ulysses Pernambucano, juntamente com Gilberto Freyre, organizaram Congressos Afro-Brasileiros, reunindo líderes religiosos, que promoveram movimentos de descriminalização e reconhecimento de religiões de matriz africana, assim como o Candomblé (Hofbauer, 2012)

constituindo, assim, um pensamento predominantemente hegemônico distanciado da realidade brasileira, muitas vezes, servindo de justificativa para as desigualdades e injustiças sociais herdeiras de relações autoritárias de poder por parte das elites agrárias, calcadas na violência arbitrária contra os ex-escravizados e populações pobres. Dito isso, é fundamental que haja uma Psicologia brasileira, enquanto ciência e profissão, alinhada às questões das particularidades do território brasileiro, para que as mediações histórico-sociais da subjetividade da população do Brasil, perpassadas por inúmeras questões estruturais, sejam consideradas.

E tendo em vista que pessoas negras compõem a maioria da população brasileira, é importante que haja uma atuação crítica por parte dos profissionais acerca de questões étnico-raciais, principalmente a psicanálise, pois sua trama teórica e clínica, fonte de seus constructos que apontam para as forças do inconsciente acaba por abarcar a articulação entre sociedade e indivíduo, investigando fenômenos sócio-culturais e políticos para além da clínica individual. Assim, encontramos estas articulações nas postulações de Sigmund Freud (Rosa, 2004) quando ele apresentou seus conceitos mais centrais ao longo de suas obras, além da psicanálise ser entendida “como uma ruptura no pensamento normatizante e exercício de liberdade humana” (Silva, 2021, p. 111).

Dessa forma, perguntamos se a psicanálise não poderia trazer mais elementos de crítica com relação à nossa cultura, no que tange à produção e legitimação de diversas formas de violência social e preconceitos, tais como o racismo. Isso surge ao pensar nela enquanto um saber específico, atrelado ao estudo de como “enunciados presentes na cena social elucidam sobre o imaginário dos grupos sociais” (Rosa, 2004, p. 339), trazendo à luz fenômenos irracionais tanto de âmbito privado, quanto de âmbito social que causam sofrimento às pessoas.

Além disso, a escolha de utilizar a psicanálise como ponto de problematização para compreender a violência decorrente do racismo foi motivada por nossa ampla exposição à psicanálise durante a graduação em Psicologia. Essa experiência nos deixou inquietos quanto às potencialidades (ou limitações) desse campo de conhecimento em relação às questões étnico-raciais. Nesse sentido, a psicanálise é vista como uma ferramenta de olhar crítico para examinar essas questões. Portanto, partimos do pressuposto de que a psicanálise pouco estuda sobre o racismo antinegro no Brasil (Kon, 2017), e isso nos motiva a buscar sobre como isso se dá, pois é importante que haja um olhar para as especificidades sociais desse grupo, de modo que seja possível construir uma atuação profissional reflexiva. Além de, também, ser importante considerar a responsabilidade na produção consciente e inconsciente de ideias racistas de pessoas brancas enquanto sujeitos ativos nesse processo de violência.

Sendo assim, propomos por meio deste estudo uma problematização da psicanálise brasileira e suas contradições com relação às questões étnico-raciais, tendo como objetivo pensar nossa sociedade e sua produção coletiva de sofrimento com base na violência e discriminação relacionadas ao racismo e ao preconceito, desde tempos mais remotos, do final do século XIX e adiante. Então, pensando na história da ciência psicológica no Brasil, levantamos a seguinte indagação: pode-se considerar que, possivelmente, pessoas pretas e pardas por terem sido atravessadas pelo racismo científico (Santos & Silva, 2018) e, por ainda serem alvos de violência estrutural, podem ser negligenciadas por psicólogos(as) psicanalistas em suas peculiaridades? Além disso, profissionais da psicologia engajados nos estudos da psicanálise recebem a formação necessária para atender as demandas dessa população? Quais seriam as limitações e contribuições da psicanálise frente à violência do racismo, quer na clínica com pessoas racializadas, quer na cultura brasileira permeada pela barbárie?

Considerando esses aspectos, é importante analisar como a psicanálise se fundamenta teoricamente para abordar questões étnico-raciais, de modo que possibilite, criticamente, a nomeação daquilo que se entende como o campo do retorno do recaiado no campo social, colocando a verdade em primeiro lugar e trazendo à tona a violência e suas demais formas de manifestação presentes na cultura brasileira, e nas demais formas de laços sociais que se encontram ameaçados. Haja vista que o retorno do recaiado expõe na consciência o conteúdo de forma desviada, distorcida e negada (Pincerati, 2018) – e dentro da violência do racismo no campo social isso se dá para que a discriminação seja, de certa forma, tolerável e aconteça de forma despercebida para quem a pratica, e incontestável para quem a sofre – é necessário se paramentar de ferramentas que auxiliem a decodificação de tal conteúdo evocado.

Ademais, Schucman e Martins (2017), apontam a relevância de estudos psicológicos sobre questões étnico-raciais para se compreender o processo de democratização e cidadania do Brasil. Esses autores abordam os efeitos das relações raciais na subjetividade e no sofrimento psíquico por parte de quem sofre a violência (Schucman & Martins, 2017), assim como os efeitos de tais relações nas formas de subjetivação de brancos. Em outras palavras, Schucman e Martins (2017) estudam que tais relações determinam as ações discriminatórias e preconceituosas, e até mesmo violentas, de alguns grupos contra as pessoas negras.

Assim, considerando-se as raízes da história da ciência psicológica brasileira com relação às questões raciais e suas relações com as teorias eugenistas para fundamentar uma exclusão e patologização de pessoas não-brancas (Schucman & Martins, 2017), este trabalho se organizou da seguinte forma. Em um primeiro momento, foi analisado brevemente o lugar da psicanálise na história da psicologia brasileira no período do século XIX e XX, tendo em vista sua participação no que diz respeito à temática racial, para legitimar, ou não, tal violência e formas de marginalização, com base em critérios pseudocientíficos sobre

“normalidade” e “anormalidade”. Estes critérios foram atravessados pela herança eugenista apropriada de forma indébita pelos médicos e psiquiatras que fizeram uso da psicanálise no Brasil, no início do século XX. No segundo momento, investigamos na literatura voltada à temática do racismo, como a psicanálise brasileira vem abordando este tema há algumas décadas. Procuramos iluminar as contradições nos seus discursos e práticas, hoje, além de levantar algumas questões sobre como ela poderia contribuir para a luta contra a violência social e racial, quer por meio da escuta clínica, quer por meio de formas de intervenção social e institucional.

Dessa forma, de início foi interessante apontar o desenvolvimento da ciência psicológica no contexto brasileiro, para assim expor as ideias psicanalíticas sobre a cultura brasileira e, conseqüentemente, sobre o racismo. Depois, foram levantados alguns conceitos da psicanálise – tais como, “identificação/identidade”, “narcisismo/narcisismo das pequenas diferenças” e “Ideal do Eu” –, a fim de refletir criticamente sobre conceitos psicanalíticos e de que forma podem servir de base para se construir uma atuação contemporânea que abrace e acolha as particularidades do povo brasileiro. Então, refletir sobre o racismo e quanto isso afeta o ideal do Eu e também a identidade e formas de identificação de pessoas negras, possibilita que críticas sociais sejam feitas, favorecendo a criação de políticas públicas para a reinserção socioeconômica e uma escuta clínica atenta que estabeleça um ambiente propício à elaboração de uma violência velada sofrida pela população negra.

Sendo assim, este trabalho teve o objetivo de analisar criticamente, por meio de uma pesquisa bibliográfica e teórica, a literatura psicanalítica voltada à questão do racismo, bem como instrumentais conceituais que têm embasado as discussões de profissionais engajados(as) nas questões étnico-raciais no Brasil. Foram selecionados alguns capítulos das seguintes obras: “O racismo e negro no Brasil: questões para Psicanálise” (Kon et al., 2017) e

“Provocações para a psicanálise no Brasil: racismo, políticas identitárias, violências e colonialismo” (Peron & Ambra, 2021).

BREVE PANORAMA SOBRE A CIÊNCIA PSICOLÓGICA NO BRASIL E O RACISMO: QUAL O LUGAR DA PSICANÁLISE?

A ciência psicológica se constituiu no Brasil a partir de um pensamento hegemônico que visava a construção de um novo homem alinhado à industrialização do século XIX, na qual a educação era o meio visto para se alcançar tal objetivo, destinada majoritariamente para pessoas representantes da classe média que defendiam a posição da classe dominante (Antunes, 2012). Assim, esse pensamento difundido no país teve fortes influências de intelectuais europeus e da América Central (ibidem) e era abarcado, inicialmente, pelas Faculdades de Medicina, em 1832 que, a princípio, sofriam uma forte influência do discurso católico. A partir de então, o discurso religioso começou a ser tomado pelo discurso científico europeu, de modo que o conceito de alma, antes formulado no âmbito teológico, passou a ser estudado em seu plano material por meio do estudo do corpo humano, sendo minimizadas as alegações morais de cunho religioso, fortemente consideradas anteriormente (Jacó-Vilela, 2012). Além disso, é por meio dos cursos de medicina que o conhecimento de aspectos psicológicos são divulgados inicialmente no território nacional (ibidem).

Outrossim, mesmo com a criação de laboratórios de psicologia experimental no país, a academia foi formulada a partir de saberes científicos advindos de outros países, principalmente da Europa, uma vez que o Brasil possuía e ainda possui marcas da colonização. Dessa forma, estudiosos brasileiros reproduziram ideais estrangeiros, como também criaram, a partir deles, novas teorias. A ciência global, ainda carregada de princípios do cristianismo, elaborou teorias que abordavam a eugenia de forma explícita (Jacó-Vilela, 2012; Souza, 2021). Não é demais ressaltar que o racismo antinegro, enquanto uma ideologia

de superioridade natural dos brancos sobre os negros, e criador de marcas simbólicas e materiais (Rosemberg, 2017), ainda opera² na sociedade desde os primórdios do conhecimento psicológico no Brasil. Dessa maneira, o racismo científico ganhou força a partir do século XIX, quando a linguagem da esfera pública passou a ser dominada pela ciência e não mais pela religião, dando continuidade a essa violência que antes fora legitimada pela doutrina cristã e, agora, pelo conhecimento científico (Souza, 2021).

Ademais, isso foi evidenciado por Masiero (2005) ao citar Francis Galton, psicólogo inglês que deu origem à teoria de eugenia, cujos ideais se voltavam para a defesa do aperfeiçoamento da raça humana, por meio de estratégias para gerar cada vez mais descendentes da raça branca. Tais pressupostos tinham bastante força entre os Séculos XIX e XX, pois grupos privilegiados e de poder queriam estabelecer uma hierarquia racial articulada à ideia de progresso (Masiero, 2005), assim como a eugenia servia de justificativa para a colonização e uso de trabalho escravo de povos não brancos, não europeus.

A partir disso, o Brasil passou a ser visto de forma pejorativa como um exemplo de degeneração social pelos teóricos racistas, por ser uma nação miscigenada (Masiero, 2005). O conde francês Joseph Arthur Gobineau, amigo de Pedro II (Souza, 2021), foi um deles, defendendo durante sua estadia no Brasil que, no cruzamento entre “raças”, os mestiços herdariam as características “ruins” da raça “inferior”. Esta tese foi seguida por muitos teóricos brasileiros, como, por exemplo, Nina Rodrigues, cujo pensamento defendia que pessoas mestiças tinham tendência natural ao crime (ibidem).

Além disso, o racismo na ciência propagou violências institucionais, pois aqueles que eram considerados racialmente inferiores eram tidos como pessoas com doenças mentais, alcoólatras e criminosos (Masiero, 2005), e isso se refletiu na manicomialização em massa de pessoas negras. Porém, por diversos motivos políticos, não há dados estatísticos sobre tais

² O racismo se tornou crime em 1989, mas isso não determinou a extinção da violência racial no país, ao contrário, ela se adaptou ao contexto sociocultural se mostrando de forma implícita através de violência policial e desigualdade social (Silva & Carvalho, 2021).

informações, apenas registros fotográficos presentes na pesquisa da tese de David (2018) que se concentra na apresentação de reflexões críticas sobre a história da saúde mental no Brasil, retomando pensadores eugenistas que contribuíram para a manicomialização em massa de pessoas negras.

Ademais, David (2018) cita Henrique Roxo, psiquiatra que elaborou a primeira tese sobre processos psíquicos no Brasil, explicitando que Roxo se ancorava na ciência para fazer a afirmação de que a raça negra está associada à inferioridade intelectual, à loucura e degeneração e isso, segundo Engel (1998/1999 citado por David, 2018) pode ser usado como uma ferramenta significativa para legitimar a implementação de mecanismos mais discretos de controle social. Ademais, David (2018) acrescenta que

Com esses e outros argumentos, o psiquiatra conclui sua tese justificando não apenas as internações da população negra em manicômios, mas a suposta inferioridade dessa população, o que abonaria determinados tipos de relações sociais e de trabalho hierarquizadas racialmente, tornando-se um modo de controle social. (p. 48)

Todavia, apesar da disseminação de teorias raciais de hierarquização, no Brasil começaram a surgir pensadores que criticaram tais ideais, porém, ainda com um pensamento de diferenciação de raças, como é o caso de Gilberto Freyre. Esse autor, em uma tentativa de enaltecer as características do povo brasileiro, globalmente considerado mestiço, tentou se desvincular do racismo científico evidente na época e passou a defender que pessoas mestiças herdavam características boas de seus ancestrais, tentando incluí-las na sociedade (Souza, 2021).

Apesar de tentar enaltecê-las, Freyre ainda tinha um discurso de diferenciação entre as diferentes etnias e raças, o que autores críticos caracterizaram como racismo cultural (Souza, 2021). Dessa forma, o racismo explícito do século XIX passou a ser mascarado pelo racismo implícito do culturalismo no século XX, de modo que os defeitos e as virtudes, antes atribuídas às “raças”, se deslocaram para aquelas atribuídas às “culturas” (ibidem). Esta

mudança não alterou em nada a visão sobre pessoas não-brancas, visto que é impossível haver uma cultura que não apresenta singularidades sociais dentro de si. Além de que a mudança dos termos de “raça” para o de “cultura” não mexeu nos fatores mais profundos da dominação e da exploração ainda existentes sobre tal população (ibidem). Tais fatores se devem a questões estruturais e simbólicas muito mais complexas, enraizadas na nossa história.

Portanto, é a partir dessas particularidades do país que surgem estudos sobre a importância de se observar o “racismo à brasileira” (Munanga, 2017; Kon, 2017), tendo em vista que o racismo no Brasil se manifesta de maneira diferente quando comparado a outros países. Em outros países, essa violência é explícita e não se mascara com nenhum outro tipo de condição, como acontece em nosso território. Ou seja, aqui essa violência é velada, sendo elucidada pelas pesquisas voltadas à população alvo de preconceitos, pois muitas pessoas reconhecem que de fato acontece, mas não sabem exemplificar (Munanga, 2017). Outras alegações são de que a desigualdade e discriminação, tão gritantes em nosso país, advém de questões econômicas somente, sendo os pobres que sofrem preconceito e não os negros, como se fossem questões desconexas. E isso se ocorre porque há a crença no mito da democracia racial, uma vez que se acredita que no Brasil todos são mestiços e que existe uma “raça brasileira”, portanto, não há violência um para com o outro, alegando uma perspectiva de igualdade (ibidem), de falsa igualdade.

É nesse sentido que Souza (2021) evidencia que é fundamental pensar e refletir sobre o racismo partindo de uma análise mais abrangente, ao invés de focar em situações concretas e mais explícitas/imediatas. É necessário expandir o olhar para além das coisas concretas, e analisar as várias facetas que ligam os fenômenos entre si. Quando não se olha de forma abrangente é inevitável “(...) que não se consiga explicar o racismo, não se saiba de onde ele vem nem o que destrói nas pessoas, e muito menos como assume outras máscaras para

continuar vivo fingindo que morreu” (Souza, 2021, p. 136). E é nesta direção que a autora Noemi Moritz Kon enfatiza que a psicanálise tem o papel de elaborar as marcas e sequelas que a discriminação histórica, através da exploração econômica e política do outro, causou, refletindo atualmente na sociedade brasileira caracterizada pela desigualdade de privilégios e oportunidades (Kon, 2017). Essa autora também defende a importância de uma psicanálise brasileira comprometida com questões raciais, quando diz que

em sua dissimulação, o racismo à brasileira impõe marcas, profundas e específicas, na produção da subjetividade de cada um de nós, induzindo à interiorização e reprodução irrefletida de valores discriminatórios, à manutenção de privilégios, à naturalização e à reificação da desigualdade, como se esta fosse mero resultado de incapacidades individuais. A identificação de tal situação transforma o trabalho com a dimensão subjetiva e faz com que nos conscientizemos da violência cotidiana à qual submetemos o outro e a que nos submetemos. Dessa identificação, quem sabe, produziremos novas formas de intervenção (Kon, 2017, p. 26).

Considerando as particularidades do racismo velado presente na sociedade brasileira³, a autora ainda ressalta que “é próprio da psicanálise dar palavras à dor e ao conflito, tirá-lo do lugar de silêncio, recusa e recalque a que estavam destinados” (Kon, 2017, p. 27). Dito isso, o lugar da psicanálise na sociedade brasileira é de considerar a história civilizatória do país e de investigar de tal modo que seja possível retirar as marcas do recalque e da denegação que constituíram o país, além de suscitar reflexões acerca das dores que a colonização causou ao povo brasileiro (ibidem).

Entretanto, apesar do exposto, ideias psicanalíticas já foram utilizadas por cientistas e profissionais da saúde brasileiros alinhados com a ideologia totalitária dominante, no endossamento de teorias eugenistas, utilizada como uma simples técnica para preservar a ordem e a estabilidade social (Silva, 2021). Por exemplo, psiquiatras do século XX que se apoiaram na psicanálise como complemento a técnicas de cura, como Julio Pires Porto-Carrero e Henrique Roxo. O primeiro se denominou “fanático da psicanálise” e utilizou

³ Embora atualmente percebe-se uma onda fascista crescente no Brasil a qual normaliza cada vez mais expressões explícitas do racismo, legitimadas por líderes governamentais de direita e extrema-direita.

ideias freudianas para se empenhar em questões eugênicas como a esterilização, de exames pré-nupcial para a garantia de uma prole saudável e prática do aborto acompanhado (Torquato, 2017), além de defender que pelo fato da libido ser inerente ao homem, ela pode ser domesticada através da sublimação⁴ e, assim, é possível o alcance de um nível esperado de civilidade (Jacó-Vilela & Mello, 2018), pautado em ideias eugenistas. O segundo, focalizou questões relativas à sexualidade nos transtornos psíquicos, havendo “o emparelhamento da teoria freudiana ao lado de regras e preceitos morais para os exames das mais variadas ordens: desde exames nupciais, do campo da educação infantil e ainda da prevenção contra a criminalidade” (Torquato, 2017, p. 29).

Assim, percebe-se a utilização do discurso psicanalítico em um viés de moralização e para a construção da identidade da população brasileira, focando em práticas educativas e profiláticas para “regenerar o brasileiro, considerado improdutivo, indisciplinado, doente” (Russo, 1997, citado por Torquato, 2017, p. 32). Entretanto, essas práticas podem ser descartadas pela teoria de Freud quando ele afirmou que apenas por meio da educação não seria possível a prevenção da neurose, visto que não é apenas no campo social que se originam as neuroses, pois há no sujeito um desprazer interior inerente, uma dimensão psíquica conflitiva constituinte (Torquato, 2017). E, além do mais, as neuroses como campo de produção de sintomas não traziam a ideia de “degeneração”, ou tampouco de doença, na formulação freudiana que, por sua vez, rompia com os discursos psiquiátricos de sua época.

Portanto, isso vai contra os princípios éticos da psicanálise pensada por Freud, uma vez que ele defendia a inexistência de uma superioridade dos nossos antepassados, ideia postulada por intelectuais higienistas da época (Souza, 2021) que queriam estabelecer a

⁴ Processo postulado por Freud para explicar atividades humanas sem qualquer relação aparente com a sexualidade, mas que encontrariam o seu elemento propulsor na força da pulsão sexual. Freud descreveu como atividades de sublimação principalmente a atividade artística e a investigação intelectual. Diz-se que a pulsão é sublimada na medida em que é derivada para um novo objetivo não sexual e em que visa objetos socialmente valorizados (Laplanche & Pontalis, 1991, p. 495).

“construção de uma civilização idealmente ocidental: branca, cristã, de descendência europeia, heterossexual, monogâmica, entre tantos adjetivos que podemos recorrer para falarmos da moral sexual civilizada” (Turriani, 2021, p. 125).

A partir disso, infere-se que a chegada da psicanálise no Brasil é pautada por um auxílio às classes dominantes no que tange a preservação de seus privilégios enquanto pessoas brancas, pertencentes à elite (Turriani, 2021). Assim, há uma colonialidade do ser, saber e poder que marginaliza e exclui tudo aquilo que advém de uma cultura não-branca, também reforçada inicialmente por meio da utilização indébita da psicanálise nas nossas instituições, atravessada pela visão psicopatológica (ibidem). Nesse sentido, é evidenciada a importância de uma análise crítica em relação ao que é defendido por profissionais alinhados com a psicanálise nos dias atuais, considerando o crescimento de pautas sociais e políticas engajadas em abarcar as pluralidades e singularidades da população brasileira. É o que veremos no próximo tópico.

A PSICANÁLISE E A CULTURA BRASILEIRA: CONCEITOS PSICANALÍTICOS DE CRÍTICA À CULTURA NO DEBATE AO RACISMO

A existência do racismo estrutural é articulada de tal forma para que haja uma negação da existência do racismo no território brasileiro, embasada pelo mito da democracia racial. Essa violência é tão institucionalizada que perpassa a vida dos brasileiros em todos os aspectos. Tudo isso, suscita a questão que Veríssimo (2018) traz ao refletir sobre essa recusa: “quais serão os destinos dados para aquilo que marca o corpo do sujeito e não pode ser nomeado como violência?” (p. 152). Além disso, a autora destaca que o corpo alvo do racismo vivenciará “uma experiência traumática de atentado à sua própria integridade narcísica, além da destituição de um lugar de sujeito que lhe caberia como direito”

(Veríssimo, 2018, p. 158), o que suscita a urgência de se pensar em uma psicanálise que considere questões étnico-raciais.

Outrossim, Veríssimo (2018) ainda aponta que o brasileiro é visto e considerado como amigável, extrovertido, cordial e criativo, com grande abertura para aceitar as diferenças, pois é miscigenado e isso dificulta o processo de reconhecer o racismo presente nas relações sociais. Segundo a autora, “quando o assunto é a discriminação contra o negro, o brasileiro recusa a própria realidade racista na tentativa de evitar um grande abalo narcísico” (p. 157). Desse modo, em uma tentativa de sustentar seu narcisismo, o brasileiro branco neste “pacto narcísico” não reconhece que pratica violência contra o negro.

Dito isso, Dias e Silva (2018) relembram Freud com o conceito de “narcisismo das pequenas diferenças”, expondo que a ação de ver o outro diferente como inimigo é um método de defesa das coletividades, com o objetivo de fortalecer a aliança entre os iguais. Freud (1930/ 1969, p. 51) diz que :

Não é de menosprezar a vantagem que tem um grupamento cultural menor, de permitir ao instinto um escape, através da hostilização dos que não pertencem a ele. Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade (Freud (1930/ 1969, p. 51).

A elaboração da noção de “narcisismo das pequenas diferenças” encontrada na obra *Psicologia das massas* de Freud, publicada em 1921, e retomada na obra *O Mal-Estar na Civilização*, traz que as pessoas se apegam nos pormenores da diferenciação para dirigir sua aversão, intolerância e hostilidade contra aqueles considerados (poucos) diferentes e assim manter a coesão do grupo (Reino & Endo, 2011). A “harmonia” no grupo poderia ser suportada quando nela “[..] os indivíduos se conduzem como se fossem homogêneos, suportam a especificidade do outro, igualam-se a ele e não sentem repulsa por ele” (Freud 1921/2011, p. 44). Assim, a partir do conceito de “narcisismo das pequenas diferenças” pode-se inferir que a pessoa branca, ao reconhecer naquele Outro, negro, que a característica

que os diferenciam é o fator cor/etnia, o qual por sua vez interfere em como o sujeito é visto pela sociedade devido ao racismo, tende a agir conforme a sociedade de modo a se proteger de algo que ele pensa que pode ameaçá-lo também.

Portanto, ao reconhecer no outro uma diferença, por menor que seja, o Eu se sente ameaçado devido às pulsões de agressividade direcionadas ao estranho (Silva, 2003). Isso faz com que surja um sentimento de superioridade de um grupo sobre o outro, e quando somado aos privilégios socioeconômicos faz com que pessoas não-brancas sejam excluídas e menosprezadas de modo que características individuais e coletivas sejam consideradas indesejáveis (Silva, 2003).

Ademais, ser vítima de alguma violência faz com que haja um acúmulo de excitações no psiquismo, causando sofrimento psíquico (Dias & Silva, 2018). Com isso, Freud utiliza a expressão “elaboração” para designar o trabalho realizado pelo psiquismo para dominar as excitações causadas e estabelecer conexões associativas entre elas, pois caso se acumule pode causar patologias (Laplanche, 2001, citado por Dias & Silva, 2018). Sendo assim, pessoas negras que na infância, e durante toda a vida, sofreram racismo sem possibilidade de nomear tal violência podem ter a oportunidade de receber acolhimento psicológico e elaborar esse sofrimento psíquico não nomeado por meio de uma escuta por parte de profissionais, podendo também, caso seja a situação, implicar-se nos enredos perversos de efeitos singulares e inconscientes do racismo.

Desse modo, é importante que teóricos psicanalistas e psicólogos clínicos e sociais se atentem a essas questões, para que haja a elaboração por parte da pessoa negra de forma que ela integre essas excitações e estabeleça entre elas conexões associativas, caso a demanda do sujeito tiver como “raiz” a questão racial⁵. Claro que sabemos que no campo da clínica o que está em questão é o sujeito com sua singularidade e possibilidades de elaborar seus sintomas,

⁵ Vale a reflexão de considerar a importância de não estabelecer de forma universalizante as causas do sofrimento do sujeito, mas reconhecer as particularidades daquele sofrimento caso a demanda seja de racismo.

defesas, contradições no setting analítico de forma única. Nesta direção, é importante diferenciar o campo político do social para ouvir o sujeito sem culpabilizá-lo ou apresentar de antemão as causas de seu sofrimento, tampouco universalizá-lo, sem impor uma segregação entre uma clínica para pessoas negras, e outra para pessoas brancas, mas sim reconhecer as particularidades de cada indivíduo inserido no contexto cultural brasileiro. Em outros termos, o profissional precisa se atentar, ao atuar na clínica, que pessoas pertencentes a minorias sociais estão atravessadas por questões sociais desiguais e desumanas, mas que também não podem seus sintomas serem reduzidos apenas ao universo político-social de forma totalizante. Ou seja, podem haver elementos muito mais complexos que compõem o sofrimento individual e formas singulares de lidar com ele, considerando, por exemplo, os conceitos de “pulsão de morte” ou de “gozo”⁶ abordados pela psicanálise, os quais ilustram a existência de fantasias e de mecanismos de defesa contraditórios em todos os seres humanos (Metzger, 2021).

Porém, ressaltamos que apenas o processo terapêutico não é suficiente, sendo necessária a criação por parte do Estado de políticas públicas de inclusão que promovam a equidade e a conscientização sobre o racismo, além da incorporação de conteúdos sobre as relações étnico-sociais nos currículos dos cursos de Psicologia. Visto que a dimensão do racismo anti-negro não inclui apenas preconceitos interpessoais, mas também inclui “práticas de discriminação institucional que fazem com que negros e brancos não tenham acesso aos mesmos bens materiais e simbólicos” (Rosemberg, 2017, p. 132). Portanto, a problemática do racismo não pode ser tratada apenas individualmente com quem sofre e nem com quem pratica, e sim no âmbito sociocultural para que seja possível avanços, embora o fator psicológico, o sofrimento do sujeito, deva ser ressaltado e digno de discussão por parte da Psicologia.

⁶ Neste momento, não cabe aqui aprofundar sobre os conceitos de “pulsão de morte” e “gozo” no tema deste trabalho. Eles podem ser desenvolvidos em outros trabalhos.

Outrossim, a identidade é um conceito dinâmico por ser dependente dos processos identificatórios, e um desses elementos são os ideais sociais. Quando estes não consideram as referências da cultura negra brasileira, podem gerar efeitos traumáticos (Barreto & Ceccarelli, 2018) na população preta e parda. Desse modo, o indivíduo negro que reside no Brasil tem sua vida marcada por uma experiência sistemática de preconceito devido às suas características físicas, e isso acaba por gerar um processo identificatório no qual essa pessoa vai possuir dificuldade de reconhecer a si própria (Barreto et al., 2017, citado por Barreto & Ceccarelli, 2018), ou os faz reconhecer a própria imagem como desvalorizada e negativa. Principalmente quando se considera que na sociedade brasileira há a restrita possibilidade do encontro com sua realidade através, apenas, de ideais de ego⁷ branco, ideais esses que são modelos que os indivíduos podem construir – modelos ideais, modelos perfeitos ou quase perfeitos. Ou seja, modelos para restaurar o narcisismo original perdido, ainda que por mediação: idealização parental, maternidade substituta, ideais coletivos (Souza, 1983).

E isso é referenciado no que tange aos pensamentos de Freud, segundo Ceccarelli (2007, citado por Barreto & Ceccarelli, 2018):

É neste sentido que falamos de “perda identitária”: sendo a identidade um processo dinâmico sustentado pelas identificações constitutivas do Eu (Freud, [1923] 1976), a perda de referências identificatórias paralisa a circulação pulsional, pois o novo universo simbólico em que o sujeito se vê inserido é gerador de angústia. Este estado de coisas pode produzir efeitos devastadores no sujeito, pois afeta diretamente os conteúdos recalçados, fazendo com que a ligação afeto/representação se desfça (Ceccarelli, 2007, p. 189, citado por Barreto & Ceccarelli, 2018, p. 146).

Em outras palavras, ao considerar que o Eu se constitui através do Outro, pode-se inferir que este Outro sendo muito diferente pode originar-se um Ideal de Eu impossível de se atingir, causando sofrimento psíquico na pessoa preta e parda, constituindo então um Ideal de

⁷ Instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com os seus substitutos e com os ideais coletivos. Enquanto instância diferenciada, o ideal do ego constitui um modelo a que o sujeito procura conformar-se (Laplanche & Pontalis, 1991, p. 222).

Ego Branco (Pereira, 2021). Ademais, Veríssimo (2017) destaca que ter como ideal o ego branco causa uma recusa no próprio sujeito negro em relação a sua negritude, pois ele recusa, nega e anula “a presença do corpo negro em sua realidade concreta” (p. 241). Ao mesmo tempo que há uma negação da presença da própria negritude, há uma afirmação dessa presença: a constituição da identidade de uma pessoa preta ou parda no Brasil é perpassada por censura e autorrestrrição, de modo que o indivíduo seja forçado a não representar sua identidade real, fazendo com que haja uma cisão entre o Eu e o Ideal do Eu (ibidem).

Por conseguinte, isso também acontece quando esse distanciamento em relação à própria raça favorece a ascensão social da pessoa negra, uma vez que ao se assemelhar ao máximo com o branco ela torna-se gente, de acordo com Souza (1983). E ao alcançar a ascensão social, o negro por vezes se considera a exceção de uma regra, ou seja, perde a cor que lhe impedia de tornar-se pessoa, nas palavras de Souza (1983, p. 23) “em suma, condena-se a negar-se duplamente, como indivíduo e como parte de um estoque racial, para poder afirmar-se socialmente”. Para finalizar, Souza (1983) complementa que “a história da ascensão social do negro brasileiro é (...) a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação” (p. 23).

A cultura evocada pela mídia também muito favorece essa recusa quando

os ideais sociais refletidos pela mídia brasileira com relação ao negro brasileiro apresentam uma ruptura de referências identificatórias nos valores culturais assimilados diante dessa não representação nos espaços midiáticos acarretando uma internalização de um modelo simbólico de cultura branca e eurocêntrica que impossibilita as perceptivas de alteridade na sociedade (Barreto, Ceccarelli & Lobo 2017, p. 697).

Pensar sobre essa recusa, dá margem para se refletir sobre o que a pessoa negra faz com aquilo que sabe: uma pessoa preta ou parda sabe o que o branco fez ou faz, porém, a branquitude se apresenta em um lugar de fetiche (Veríssimo, 2017), tendo esse enquanto um

objeto que mantém o mito da democracia racial, e isso faz com que haja essa recusa supracitada. Nesse sentido, o fetiche possui um papel protetivo para o psiquismo do negro brasileiro uma vez que pode haver um colapso psíquico ao entrar em contato com a realidade de uma sociedade brasileira que pratica violência contra seu corpo (ibidem). Isso é tão forte que “[...] muitos deixam de assumir sua negritude e preferem o ideal do branqueamento” (Munanga, 2020, p. 40, citado por Pereira, 2021, p. 64).

O referencial cultural de beleza apresentado na mídia brasileira permeia características físicas e sociais de pessoas brancas e isso atravessa o imaginário social de pessoas negras de modo a conduzir o indivíduo negro a almejar e projetar uma identificação contrária à sua história étnica e à sua realidade corporal (Souza, 1983). Desse modo, o ideal de ser torna-se um retorno ao passado onde a pessoa negra poderia ter sido branca, ou até mesmo uma projeção ao futuro onde poderá deixar de ser e ter características da negritude (Souza, 1983). Sendo assim, acabam surgindo sintomas, como: compulsão por limpeza, ideal de cabelo e traços aproximados ao padrão branco (Pereira, 2021). Esse cenário pode se modificar através das políticas identitárias as quais vêm para auxiliar na constituição de um ideal de eu não-branco (Pereira, 2021). E para que isso seja possível é necessário uma interrupção na retraumatização causada pela violência do racismo ainda tão presente na nossa sociedade, ou seja, é necessário a criação de intervenções legais por meio do Estado, somadas a uma atuação na clínica que seja antirracista, que permita o reconhecimento do trauma causado pelo racismo o qual continuará nos assombrando até que seja reconhecido e elaborado (Pereira, 2021).

Além disso, Neusa Santos Souza defende que os antepassados possuem um papel importante na história da população negra, uma vez que:

Substancialmente investidos de energia libidinal, suas palavras têm estatuto de verdade e força de lei e seus projetos não realizados são o destino dos descendentes. Assim, estas figuras ancestrais — mais ou menos remotas — constroem o sistema Superego Ideal do Ego, viabilizando a interiorização das

exigências e ideais a serem cumpridos por filhos, netos, bisnetos. (Souza, 1983, p. 35/36).

Não obstante, a família é o primeiro contato que a criança possui e, pensando em uma sociedade estruturalmente racista, pode-se pensar sobre como esses pais podem ter sido afetados por essas perdas identitárias e isso continuar nas futuras gerações. Neusa Santos Souza complementa que:

É aí onde se cuida de arar o caminho a ser percorrido, antes mesmo que o negro, ainda não sujeito, a não ser ao desejo do Outro, construa o seu projeto de chegar lá. Depois é a vida de rua, a escola, o trabalho, os espaços do lazer. Muitas vezes, é nesses lugares segundos, pleno de experiências novas, que o Ideal do Ego — cujas vigas mestras já foram erigidas — encontra ocasião de reforçar-se, assim adquirindo significado e eficácia de modelo ideal para o sujeito (Souza, 1983, p.36).

Portanto, os impactos do racismo no psiquismo dos brasileiros devem ser levados em consideração na prática profissional de psicanalistas atuantes no país, pois a psicanálise tem o papel de analisar e não sintetizar, de modo a levar em consideração toda a história do indivíduo como fundamental para quem e como ele se mostra atualmente (Nosek, 2017). Nosek ainda salienta que “a psicanálise, ao criar imagens e representações onde estas não existiam, será uma prática que domestica o terror, que captura a catástrofe. Ela introduz cultura onde imperava a ação.” (2017, p. 79).

Outra questão trazida pelos autores Barreto e Ceccarelli é a de outra manifestação do racismo à brasileira que é o discurso jocoso o qual, pela perspectiva psicanalítica, está postulado como uma formação do inconsciente, sendo um trânsito para que algo que esteja no recalque venha a tona e se mostre, assim como os sonhos (Barreto & Ceccarelli, 2018), ou seja, “o chiste atua como álibi de alguma verdade do sujeito que, até então, não fora possível de ser dita: “tudo o que se tem a dizer é dito no chiste”(Freud, [1905] 1976, p. 23)” (Barreto & Ceccarelli, 2018, p. 148). Portanto, quando o riso aparece devido a alguma particularidade

ligada a questões raciais de uma pessoa, se constitui como uma das facetas do racismo velado, uma vez que é através do riso que surgem elementos recalçados.

Dessa forma, a psicanálise deve proporcionar uma escuta mobilizadora para que esses indivíduos negros tragam à tona e se apropriem de sua narrativa, desenvolvendo sua singularidade de modo a se tornarem protagonistas das próprias histórias. Além disso, possibilitar que a população negra adquira um senso crítico que os possibilite se inserir como indivíduos desejantes e transformadores de uma realidade (Barreto & Ceccarelli, 2018).

No que tange à isso, Rosemberg (2017) ressalta a utilização do conceito estigma como uma alternativa mais interessante para falar sobre o racismo, tanto com quem sofre quanto com quem pratica. Visto que a prática desse conceito auxilia no entendimento do processo de construção de uma violência e também no processo de ser alvo dela, destacando que o que é dirigido a alguém pode ser percebido como ofensivo mesmo que o objetivo não tenha sido proferir ofensas (Rosemberg, 2017). Então, a autora reforça que é importante ouvir ambas as partes para que se promova uma escuta de qualidade.

Portanto, para que se possa trabalhar com uma psicanálise alinhada ao contexto brasileiro é necessário considerar os impactos das questões étnico-raciais na subjetividade da maioria da população do país. De modo a promover um espaço de escuta, mas também de recordação da história do Brasil para que, assim, seja possível uma elaboração do conteúdo traumático que a nação carrega e a saída de um lugar de recusa e do não-dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos, a partir das questões norteadoras e da análise dos capítulos supracitados (Kon, 2017; Munanga, 2017; Rosemberg, 2017; Veríssimo, 2017; Metzger, 2021; Pereira, 2021; Silva, 2021; Turriani, 2021; Souza, 1983), que há referências importantes abordando

questões raciais por meio dos referenciais teóricos da Psicanálise, servindo de apoio para profissionais atuarem de acordo com as particularidades do território brasileiro. O percurso utilizado neste trabalho trouxe uma visão sobre a construção do pensamento psicológico no país, a qual explicita a necessidade de um pensamento crítico sobre as teorias e práticas já utilizadas em nome de uma narrativa científica advinda de raízes discriminatórias. Tal pensamento começou a surgir há algumas décadas e ainda está sendo construído, articulando conceitos da psicanálise com o meio sócio-político do Brasil e trazendo à tona como o sofrimento causado pela violência do racismo se estrutura no psiquismo de pessoas pretas e pardas.

Essa discussão abre margem para uma atuação alinhada às possíveis demandas que podem chegar aos consultórios clínicos e instituições psicossociais, uma vez que o profissional que entende e se apropria de como a identidade de uma pessoa marginalizada socialmente se constrói, a partir de uma sociedade racista, ele pode promover ações que minimizem e previna tal sofrimento, junto a outros profissionais e contribuindo para o debate público.

Dessa forma, a questão investigada sobre as contribuições da Psicanálise para se refletir sobre a cultura brasileira acerca do racismo foi contemplada a partir dos capítulos e autores estudados, apesar de ainda existir uma variedade de textos que poderiam auxiliar também neste trabalho. Neste viés, alguns conceitos clássicos da Psicanálise foram destrinchados a partir de uma lente antirracista nos textos analisados, demonstrando a importância dos estudos brasileiros sobre a cultura do nosso país.

A literatura estudada explicita que a constituição da identidade é através do Outro e, pensando nas questões étnico-raciais, observou-se a importância de uma representatividade que seja plural, no sentido de considerar aquelas alheias ao padrão branco para que se interrompa a constituição de um Ideal de Ego Branco em pessoas negras, o qual afeta sua

subjetividade de modo significativo. Além de considerar a importância de nomear a violência praticada para que haja interrupção nesse processo de retraumatização constante, enquanto as condições objetivas de um país extremamente desigual e autoritário não se modifiquem.

Enfim, partindo da revisão de literatura pode-se perceber que ideias psicanalíticas já foram utilizadas para legitimar a violência do racismo por médicos psiquiatras que a utilizavam como uma simples técnica psicoterápica, conjugada às formas de dominação social, e que, a partir disso, foram surgindo estudos dentro da psicologia que tiveram como intuito a ruptura e a recusa do pensamento vigente com teor “normatizante”. Por fim, isso responde que profissionais engajados com uma psicanálise antirracista possuem acesso a materiais e referências relevantes sobre o tema, mas que, pensando em toda a complexidade da temática, é essencial que sejam desenvolvidos ainda mais estudos que possam complementar a luta antirracista na psicologia.

REFERÊNCIAS

- Abrão, J. L. F. (2006). As Influências da Psicanálise na Educação Brasileira no Início do Século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (2), 233-240. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ptp/a/k8QCbbcDFTGwbVwtXLDNzSx/?lang=pt>
- Almeida, T. M. C. (2011). Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. *Cadernos Pagu*, 36, 417-425. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/cpa/a/kQWN9JyJ86gsGmrXFcRxrOH/?format=pdf&lang=pt>
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre suas Contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 44-65. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/j6f3HznKpVNrwSKM3gcPGpy/?format=pdf&lang=pt>
- Barreto, R., & Ceccarelli, P. R. (2018). Considerações psicanalíticas sobre preconceito racial: um estudo de caso. *Estudos de Psicanálise*, 50, 145-154. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n50/n50a16.pdf>
- Barreto, R. M., Ceccarelli, P. R., & Lobo, W. L. (2017). O Negro e a Mídia: novas

- possibilidades de referências identificatórias nas redes sociais. In Lemos, F. C. S. et al (Orgs.) *Conversas transversalizantes entre Psicologia Política, social-comunitária e institucional com os campos da educação, saúde e direitos*. Curitiba: CRV, pp. 693-702. Recuperado de https://www.ceccarelli.psc.br/texts/ceccarelli_o-negro-e-a-midia.pdf
- Cunha, R. R. T. C., & Santos, A. O. (2014). Anielia Meyer Ginsberg e os estudos de raça/etnia e intercultura no Brasil. *Psicologia USP*, 25(3), 317-329. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pusp/a/SQ3VxwGqqpb6SpPPVBNXr6C/?format=pdf&lang=pt>
- David, E. C. (2018). Racismo e produção de iniquidades em saúde mental. In David, E. C. *Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil* (pp. 44-78). Tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/21029/2/Emiliano%20de%20Camargo%20David.pdf>
- Dias, J., & Silva, M. L. (2018). Por uma clínica interventiva contra o racismo. In Silva, M. L., Farias, M., Ocariz, M. C., & Neto, A. S. (Orgs.). São Paulo: Escuta. Recuperado de <http://www.ammapsique.org.br/baixar/violencia-e-sociedade.pdf#page=210>
- Freud, S. (1921/2011). *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*, in Freud, S. *Obras completas*, v. 15 (pp. 10-100). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1930/1969). O mal-estar na civilização. In Freud, S. *Obras Completas vol. 18* (, pp. 10-89). São Paulo: Companhia das Letras.
- Hofbauer, A. (2012). Pureza nagô, (re)africanização, dessincretização. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(40), 103-120. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/114917/ISSN22386009-2012-01-40-103-120.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Jacó-Vilela, A. M. (2012). História da Psicologia no Brasil: Uma Narrativa por Meio de seu Ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 28-43. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9KqzhPLhtm58PONGOB39GLq/?format=pdf&lang=pt>
- Jacó-Vilela, A. M., & Mello, D. S. (2018). Por uma História Local: A Psicologia Clínica no Rio de Janeiro. *Revista Psicologia e Saúde*, 10, 77-89. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v10n1/v10n1a06.pdf>
- Kon, N. M. (2017). À guisa de apresentação: por uma psicanálise brasileira. In In Kon, N.

- M., Silva, M. L., & Abud, C. C. (Orgs.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise (pp. 15-29). São Paulo: Perspectiva.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1991). Vocabulário da psicanálise. Trad. de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes.
- Masiero, A. L. (2005). A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). *Estudos de Psicologia*, 10(2), 199-206. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/epsic/a/6fKDKGCxdZmynQVkXWMGRdH/?format=pdf&lang=pt>
- Metzger, C. (2021). Psicanálise: um tratamento para o social?. In Peron, P. & Ambra, P. (Orgs.) *Provocações para a psicanálise no Brasil: racismo, políticas identitárias, violências e colonialismo* (pp. 74-85). São Paulo: Zagodoni.
- Munanga, K. (2017). As ambiguidades do racismo à brasileira. In Kon, N. M., Silva, M. L., & Abud, C. C. (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 33-44). São Paulo: Perspectiva.
- Nosek, L. (2017). Dentro da psicanálise, dentro da cultura. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 69-86. Recuperado de <http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/Leopold-Nosek.pdf>
- Pereira, A. B. (2021). Por uma psicanálise não colonizada: desmentido e identificação no racismo. In Peron, P. & Ambra, P. (Orgs.) *Provocações para a psicanálise no Brasil: racismo, políticas identitárias, violências e colonialismo* (pp. 61-73). São Paulo: Zagodoni.
- Pincerati, W. D. (2018). Silêncio na Pinacoteca: Estudo para Libertação dos Escravos no campo dos discursos. *Linguagem & Ensino*, 21(2), 159-167. Recuperado de <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15168/9346#>
- Reino, L. M. G., & Endo, P. C. (2011). Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 3(2), 16-27. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-4891201100020004
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista mal-estar e subjetividade*, 4(2), 329-348. Recuperado de <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1509/3464>
- Rosemberg, F. (2017). Psicanálise e relações raciais. In Kon, N. M., Silva, M. L., & Abud, C. C. (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 130-141). São Paulo: Perspectiva.
- Santos, R. A., & Silva, R. M. N. B. (2018). Racismo científico no Brasil: um retrato racial do

- Brasil pós-escravatura. *Educar em revista*, 34(68), 253-268. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/er/a/cmGLrrNJzVfsKXbPxdnLRxn/?format=pdf&lang=pt>
- Santos, A. O., Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 166-175. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TtJZrnNBHT88ShMOTLt5wYg/?format=pdf&lang=pt>
- Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2017) A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do objeto da ciência ao sujeito político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 172-185. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/?format=pdf&lang=pt>
- Silva, M. T. D., & Carvalho, J. N. J. C. (2021). A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O RACISMO: o mito da democracia racial brasileira. *Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas*, 1(4), 1-27. Recuperado de <http://fadipa.educacao.ws/ojs-2.3.3-3/index.php/cjuridicas/article/view/431>
- Silva, P. J. C. (2021). Comentário sobre a história da psicanálise brasileira. In Peron, P. & Ambra, P. (Orgs.). *Provocações para a Psicanálise no Brasil – Racismo, políticas identitárias, violências e colonialismo* (pp. 109-115). São Paulo: Zagodoni.
- Silva, S. G. (2003). Preconceito no Brasil Contemporâneo: as Pequenas Diferenças na Constituição das Subjetividades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(2), 2-5. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FKwf9jHS6HxwsWkvhswSqrC/?format=pdf&lang=pt>
- Souza, J. (2021). O racismo multidimensional. In Souza, J. *Como o racismo criou o Brasil* (pp. 135-262). Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Torquato, L. C. (2017). A psicanálise na construção de uma nação moderna: a apropriação médico-higienista. In Torquato, L. C. *A recepção da psicanálise no Brasil: o discurso freudiano e a questão da nacionalidade* (pp. 20-38). Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Recuperado de https://www.google.com/url?q=https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9MKLG3/1/ppgpsicologia_lucianacavalcantetorquato_dissertacaomestrado.pdf&sa=D&source=docs&ust=1671753692447318&usq=AOvVaw3Z03ZxCmkbT6jqi2w2fhrm
- Turriani, A. (2021). Civilização e violência de estado como agentes do mal-estar na cultura.

- In Peron, P. & Ambra, P. (Orgs.) *Provocações para a psicanálise no Brasil: racismo, políticas identitárias, violências e colonialismo* (pp.117-129). São Paulo: Zagodoni.
- Veríssimo, T. C. (2017). *O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social*.
- In Kon, N. M., Silva, M. L., & Abud, C. C. (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 233-249). São Paulo: Perspectiva.
- Veríssimo, T. C. (2018). *Pensar o racismo no Brasil: a recusa como mecanismo*. In Silva, M. L., Farias, M., Ocariz, M. C., & Neto, A. S. (Orgs.). *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* (pp. 151-159). São Paulo: Escuta. Recuperado de <http://www.ammapsique.org.br/baixar/violencia-e-sociedade.pdf#page=152>